

Ação coletiva e finanças solidárias: Uma breve análise a partir dos pensamentos de Gramsci e E. P. Thompson

Avance de investigación en curso.

GT 18- Reestruturação produtiva, trabalho e dominação social.

Luciana Raimundo¹

RESUMO:

Ao final da década de 1970 no Brasil, os movimentos derivados de conflitos sociais foram analisados por filósofos e estudiosos com forte influência teórica europeia. A revisão da teoria marxista, no que tange as relações entre a base econômica e superestrutura ideológica tornou-se o trabalho de diversos teóricos preocupados, principalmente, com a identidade destes movimentos. Neste artigo resgatarei os pensamentos de Gramsci e E. P. Thompson, na tentativa de compreender a discussão relacionada à reforma bancária e às finanças solidárias no Brasil como resultado de algumas ações coletivas desencadeadas nas periferias urbanas.

Palavras chave: Finanças solidárias, ações coletivas, Gramsci e E. P. Thompson.

1. Breve análise da reforma bancária brasileira

A crise mundial do sistema financeiro em 2008, junto às medidas de austeridade adotadas pelos governos afetados originou, entre tantas sequelas, o aumento do desemprego e a redução dos programas e políticas sociais. No Brasil, os impactos da crise atingiram os setores de exportação de produtos primários e o industrial. Sofreu também com a redução no estoque das reservas internacionais, redução nos preços dos produtos exportados e com a paralisação da produção realizada por intermédio de capital internacional (CARCANHOLO, s/d). Para impedir uma possível estagnação econômica, o governo brasileiro incentivou o consumo, mobilizando o sistema bancário público e privado na oferta de crédito com juro reduzido, além da compra de empresas consideradas não saudáveis².

A postura do governo em relação à articulação do sistema bancário retoma uma longa discussão, iniciada antes mesmo do Golpe Militar de 1964. Segundo Minella (1988, p.33), os conflitos sociais que envolveram a reforma bancária alcançaram especial significado no Parlamento por conter, na forma de projetos, leis, ementas etc. as posições políticas de diversas forças sociais. Entre 1955 e 1957, o deputado Salvador Lossaco do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) representou parte das principais reivindicações dos trabalhadores, incorporando em seu projeto sugestões da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (CONTEC), pautadas em “princípios renovadores e progressistas” (MINELLA, 1988, p.49). O sistema bancário, de acordo com o deputado, deveria ser transformado em uma “arma ao serviço do desenvolvimento econômico-social do país, de sua emancipação econômica e de elevação do padrão de vida do povo brasileiro” (MINELLA, 1988, p.49).

¹ - Bolsista Pós-Graduada CAPES / UFSC / PPGSP

² Empresas afetadas por ativos tóxicos, ou seja, possuidoras de papéis e títulos em constante desvalorização.

O projeto de Lossaco atingia diretamente os interesses da fração burguesa que almejava um lugar na cúpula das decisões econômico-financeiras do país. Com a deflagração do Golpe Militar de 1964 foram extintos os direitos políticos e mandatos de diversos representantes da classe trabalhadora, abrindo espaço para uma forte influência burguesa como representação política.

A Lei nº 4.595 de 1964, que instituiu a criação do Banco Central do Brasil (BCB), resultou de estudos técnicos finalizados no governo do Marechal Castelo Branco. Segundo Minella (1988, p.25), a transformação da antiga Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) no BCB, adotando o modelo clássico sugerido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em suas recomendações “técnicas”, agradou a burguesia nacional e as instituições internacionais devido à abertura aos bancos estrangeiros no país.

Concebido num contexto ditatorial, tais estudos colocaram as forças sociais contrárias a essa política financeira fora da discussão, privando seus representantes da participação em atividades políticas, da utilização de instrumentos legais de representação e de canais de comunicação para ampliação e divulgação de suas propostas. “A reforma, portanto, não teve solução em si mesma: sua adoção e as linhas ou orientação que exibiu, explicava-se no contexto mais amplo dos conflitos e das lutas de classe” (MINELLA, 1988, p.72).

Ao final da década de 1970 no Brasil, os movimentos resultantes de tais conflitos passaram a ser analisados por filósofos e estudiosos com forte influência teórica europeia. Pesquisar a identidade dos movimentos, ouvir suas falas, captar suas práticas cotidianas foram se tornando os objetivos centrais nas preocupações dos analistas, e não mais o estudo das determinações estruturais da economia sobre as ações coletivas em andamento (GOHN, 1997, p.279). A revisão da teoria marxista, no que tange as relações entre a base econômica e superestrutura ideológica tornou-se o trabalho de diversos teóricos. Neste artigo realizarei um resgate dos pensamentos de Gramsci e E. P. Thompson, dialogando os autores na tentativa de compreender a discussão relacionada à reforma bancária e às finanças solidárias no Brasil.

E. P. Thompson foi referência no Brasil para historiadores e cientistas sociais. Seus estudos sobre os motins de alimentos no século XVIII na Inglaterra tornaram-se inspiração para análises dos movimentos sociais na década de 1970 no país. Adotando Gramsci como fonte privilegiada, E. P. Thompson discute em profundidade o lugar dos valores e da cultura na análise histórica, relacionando a cultura e economia com a luta de classe, numa sociedade de aparente consenso social (MATTOS, 2011).

Em a “A formação da classe operária” E. P. Thompson examinou o mundo cultural dos trabalhadores, acrescentando tal dimensão ao materialismo histórico. Baseando-se numa pesquisa empírica, por meio da investigação de fontes como jornais, panfletos, livros de atas, estudou rituais de vendas de esposas, motins de fome e a rough music entre outros. O autor compreendia a tradição popular, a cultura e a sociedade na perspectiva da história vista de baixo, do incomum e dos oprimidos (SILVA, s/d, n/p).

Já o pensamento gramsciano nas ciências sociais brasileira, particularmente na Universidade de São Paulo (USP), foi considerado fundamental para a reflexão sobre as múltiplas dimensões da política e, particularmente, da teoria do Estado (BIANCHI, 2007, p.9). Gramsci se opõe a crença de que o declínio do modo de produção capitalista ocorreria como consequência inexorável das contradições econômicas do sistema, acreditando que esta ideia favoreceria a passividade política do movimento socialista.

Gramsci desenvolveu o conceito de “bloco histórico” como a relação relativamente autônoma entre a estrutura econômica e a superestrutura ideológica, sendo esta última composta pela sociedade civil e sociedade política. Retoma a concepção de sociedade civil por Hegel, diferenciando-se de Marx que a concebe como um momento da estrutura que, legitimada pelo Estado burguês, constitui-se numa

sociedade burguesa³. Gramsci concebe a sociedade civil como o espaço da direção intelectual, cultural e moral, assim como o lugar em que diferentes grupos constroem projetos que pretendem tornar hegemônicos (PORTELLI, 1977, p.19-22).

A sociedade política é o aparelho de conformação das massas populares ao tipo de produção e economia desejáveis pelas classes dominantes. Os aparelhos de coerção asseguram legalmente a disciplina e são constituídos para o conjunto da sociedade quando há falta de consenso espontâneo. Dependendo do mecanismo de coerção utilizado em uma crise orgânica, onde a classe dirigente perde o controle da sociedade civil, a sociedade política define-se quanto ao tipo de dominação que exerce (PORTELLI, 1977, p.30).

Nos governos ditatoriais da América Latina a sociedade política baseou-se na repressão e na violência contra as forças de oposição. Atualmente observa-se a dominação pautada nestas características em diversas partes, como por exemplo, a direcionada contra os movimentos Occupy Wall Street surgido no final de 2011 nos EUA em resposta às medidas de contenção da crise do sistema financeiro, e contra os movimentos de oposição aos governos opressores no Oriente Médio, conhecido como Primavera Árabe e constituído em 2010.

Na reforma bancária de 1964, a sociedade civil formada em grande parte por trabalhadores, não teve suas demandas atendidas. A fim de impedir a eclosão de uma crise orgânica, ou seja, uma disjunção na superestrutura envolvendo sociedade política e sociedade civil, a ordem não se pautou na influência hegemônica da classe dominante, mas sim pelas forças de coerção do Estado. Das diversas consequências da política antidemocrática do governo autoritário da época, a reforma bancária no Brasil gerou forte concentração de renda, descapitalização da maioria da população e aumento da influência estrangeira por meio do porte dos papéis da dívida pública, captação das poupanças e serviços de crédito.

2. Mobilização popular pelo acesso aos serviços bancários

A entrada de bancos estrangeiros no país aumentou a especulação em torno das cadernetas de poupanças e da rentabilidade obtida por meio do juro dos empréstimos concedidos às pessoas físicas e jurídicas. A financeirização, denominada por Marx “capital fictício”⁴, ao assumir um papel central no capitalismo contemporâneo, sustenta a transnacionalização da produção, facilita a concentração de renda e riqueza e apoia a hegemonia política do neoliberalismo por meio de ameaças contínuas de fuga de capital (SAAD FILHO, 2009, p.7).

O investimento dos valores captados dessas transações financeiras em empresas internacionais e/ou transnacionais gera sérias consequências no plano local. Apesar dos bancos e/ou corporações obterem grande êxito lucrativo e aumentarem supostamente o Produto Interno Bruto (PIB) nacional, eles descapitalizam as comunidades onde estão inseridos ao reduzir o uso produtivo do capital transferido (DOWBOR, 2008, p.32). Assim, não somente quem está excluído do sistema bancário, mas também quem se utiliza dele, seja no simples uso do cartão de crédito, sofre indiretamente os impactos da legislação bancária. No entanto, uma nova reforma envolvendo diferentes correlações de forças será, no mínimo, morosa.

Demandas concretas de utilização dos serviços bancários passam a impulsionar iniciativas autônomas destinadas à melhoria da qualidade de vida material e comunitária da população. Projetos de bancos comunitários e moedas paralelas destinam-se a devolver liquidez às regiões periféricas empobrecidas, concentrando capital e potencializando o desenvolvimento local.

³ Para melhor compreensão do conceito “sociedade civil” em Marx ler: BOBBIO, Norberto. “Da sociedade ao Estado e do Estado à sociedade” In: O conceito de Sociedade Civil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1994.

⁴ Para melhor compreensão do termo capital fictício ler: MARX, Karl. **O Capital**. Livro III, vols. IV e V, seções IV e V. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

França Filho (2007, p.159) destaca nos bancos comunitários o princípio “não monetário”, onde se privilegia a domesticidade⁵, a vizinhança e o valor do laço entre as pessoas em detrimento do valor do bem. Distintamente da dinâmica da economia de mercado, os serviços prestados vinculam-se às necessidades reais vividas localmente, subtraindo-se a lógica da rentabilidade do desejo de satisfação das necessidades e demandas do grupo (FRANÇA FILHO, 2007, p.160).

Na teoria gramsciana esta mobilização é compreendida como a transferência do poder centralizador do Estado para a sociedade civil, resultando em autodeterminação e criatividade na organização das forças populares. Gramsci colocou no terreno criativo e imprevisível das muitas manifestações das organizações sociais, o espírito de iniciativa e de construção de um espaço público onde fosse possível refletir os anseios mais profundos da população (SEMERARO, 1999, p.237).

Segundo Gramsci, em oposição às forças e determinações da classe dominante, deve haver uma luta consciente e previamente projetada para que se compreendam as exigências da massa. Investigando a relação de forças, Gramsci descreve os diferentes momentos de sua manifestação. No primeiro e mais elementar é o econômico-corporativo, sente-se uma unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-lo. No segundo momento se atinge a consciência da solidariedade entre os interesses dos membros do grupo profissional no campo econômico. O Estado é articulado para obtenção de igualdade político-jurídica em relação aos grupos dominantes e para a participação na legislação e na administração. No terceiro, adquire-se consciência de que os interesses corporativos superam o círculo de grupo meramente econômico, podendo e devendo tornar-se estes os interesses de outros grupos subordinados. “Esta fase é a mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas” (GRAMSCI, 2000, p.41).

O Estado, neste terceiro momento, é concebido como organismo próprio de um grupo e como força motriz de uma expansão universal, coordenando os interesses gerais dos grupos subordinados em uma contínua formação e superação de “equilíbrios instáveis”. Para tanto, uma iniciativa política apropriada é necessária a fim de libertar o impulso econômico dos entraves da política tradicional, modificando a direção de determinadas forças e concretizando um bloco histórico econômico-político novo (GRAMSCI, 2000, p.70).

Assim, o novo bloco histórico pode formar-se a partir de condições materiais e históricas favoráveis à elaboração de um projeto de rompimento com a hegemonia existente. Nesse sentido, a mobilização da população que estimulou o desenvolvimento do banco comunitário, pode impulsionar a superação do modelo dominante, desde que exerça hegemonia ideológica no âmbito da sociedade civil.

Gramsci afirmou que a liberdade ideológica encontra-se na esfera político-ideológica, onde se trava em última instância a batalha decisiva entre o proletariado e a burguesia, entre o socialismo e o capitalismo. O autor cunha o seu conceito de “catarse” como o processo pelo qual uma classe supera os seus interesses econômico-corporativos e se eleva a uma dimensão universal. A “catarse”, o equivalente gramsciano da passagem da “classe em-si” à “classe para-si”⁶ em Marx, é o momento no qual a classe deixa de ser puro fenômeno econômico para converter-se em sujeito consciente da história. Se não é capaz de realizar essa “catarse”, uma classe social não pode se tornar classe nacional, representante dos interesses de um bloco majoritário, incapaz de conquistar a hegemonia na sociedade (COUTINHO, 2011, p.110).

Coutinho (1981, p.94) resgata em Gramsci a dialética existente entre sociedade política e sociedade civil: “A supremacia de um grupo social se manifesta de duas maneiras: como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a ‘liquidar’ ou a submeter também mediante a força armada; e é dirigente dos grupos afins ou aliados” (COUTINHO, 1981, p.94). A supremacia aparece como o momento sintético que unifica sem

⁵ Domesticidade refere-se à produção para próprio usufruto e para a promoção das necessidades do grupo (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p.32).

⁶Para saber mais sobre essa passagem ler: MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Global Editora, 1985.

homogeneizar a hegemonia e a dominação. Essas duas funções, segundo Gramsci, existem em qualquer forma de Estado. No entanto, o fato de que um Estado seja menos “ditatorial” e/ou mais “hegemônico” depende da autonomia relativa das esferas contidas na superestrutura. Autonomia e predominância que dependem não apenas do grau de socialização da política alcançada pela sociedade em questão, mas também da correlação de forças entre as classes sociais que disputam a supremacia (COUTINHO, 1981, p.94).

A supremacia dada por uma direção intelectual e moral da sociedade civil não poderia ocorrer sem a existência do mínimo de coesão entre a classe emergente e classes subalternas no exercício da hegemonia. Segundo Gramsci, os trabalhadores, percebendo-se enquanto classe e refletindo sobre a realidade enquanto reais produtores de riqueza, comandariam o processo catártico, do contrário não poderiam engajar-se numa luta revolucionária. O problema de uma revolução nesta perspectiva consiste em tornar capaz de hegemonia uma classe até então subalterna, levando-a a acreditar em si e a ser vista como uma classe dominante pelas demais (HOBSBAWM, 2011, p.294).

E. P. Thompson afirmava que a constituição de uma classe é o resultado da experiência e da ação coletiva, em oposição às classes superiores.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus (THOMPSON, 1987, p.10).

Para o autor, a hegemonia não é sinônimo de dominação de uma classe e submissão de outra. A hegemonia encarna a luta de classes e leva a marca das classes subordinadas, sua auto-atividade e sua resistência. Sua teoria reconhece formas de consciência popular imperfeitas ou parciais como expressão da classe e da luta de classe, válida em suas circunstâncias históricas (LEITE, 1987 p.11).

O autor não nega os condicionamentos estruturais em sua obra. Destacou que, se por um lado a classe operária foi determinada pelas relações de produção às quais os trabalhadores foram involuntariamente submetidos, por outro, a classe fez-se como consciência de classe, entendida aqui como a dimensão cultural e histórica da experiência (VIEIRA e OLIVEIRA, 2010, p.524). Nesse sentido, as experiências que podem culminar em ruptura e superação do modelo dominante surgem espontaneamente no ser social, mas não sem pensamento, pois homens e mulheres são racionais e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo (E. P. THOMPSON, 1981, p.16).

Para E. P. Thompson, a classe operária não é fruto da distinção entre os que detêm os meios de produção e os que possuem apenas a força de trabalho, não se tratando de uma estrutura social engendrada apenas na lógica econômica. A classe é uma relação ativa e contraditória onde, ao mesmo tempo em que se autoconstrói, mantém relações de reciprocidade interclasses, fator que ele chamou de “economia moral” (TARROW, 2009, p.35). Sob esta perspectiva, o autor questiona a visão economicista de algumas análises realizadas a partir da teoria marxista ao estudar os processos históricos e culturais na formação da classe operária inglesa (E. P. THOMPSON, 1987).

Tais processos compõem a identidade coletiva de um grupo, viabilizando as ações coletivas a partir da existência de interesses comuns e concretos. Para Scherer-Warren (2012, p.21) a cultura possibilita também a identificação de um campo de conflitos, adversários e projetos de transformação social.

O termo “ações coletivas” refere-se a diferentes tipos de protestos ou de ações reivindicativas realizadas por grupos sociais. Segundo Scherer-Warren (2012, p.20), a ação coletiva envolve uma estrutura articulada de relações sociais, circuitos de interação e influência e escolhas entre formas alternativas de comportamento, não se tratando de ações desestruturadas e sem lógica, como os tumultos públicos, por exemplo. Os movimentos sociais seriam possibilidades de ações que

envolvessem solidariedade, manifestassem um conflito e excedessem os limites de compatibilidade do sistema em relação à ação em questão.

Para Tarrow (2009, p.18), o termo movimento social designa uma sequência de confrontos políticos baseados em redes sociais de apoio e em vigorosos esquemas de ação coletiva, capazes de manter provocações sustentadas contra opositores poderosos. Como exemplo das ações de diferentes movimentos sociais urbanos, citarei neste artigo o Banco Comunitário União Sampaio, situado na subprefeitura de Campo Limpo na zona sul da cidade de São Paulo, região com aproximadamente 1,4 milhões de habitantes, ou seja, 13% dos habitantes da cidade. O banco se constituiu apoiado na Associação União Popular de Mulheres do Campo Limpo e Adjacências, no bairro Jardim Maria Sampaio que atua há décadas no bairro. Resultado de uma parceria entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária e Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE), o Instituto Palmas, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP (ITCP-USP) e o movimento de Moradia por intermédio do projeto “Economia Solidária e Movimento de Moradia: Desenvolvimento Local Solidário para as Regiões Periféricas de São Paulo” nasceu junto a outros quatro bancos comunitários em distintas partes da cidade de São Paulo, em 2009 (BERGAMIN, 2011, p.3).

O Banco Comunitário União Sampaio tem como proposta fomentar a economia solidária e popular, prestando serviços bancários e financeiros num sistema integrado de crédito, produção, comércio e consumo, promovendo o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida. Destaca-se também por fomentar atividades culturais, viabilizando produções artísticas como edição, impressão e divulgação de livros de poetas e escritores da região; gravação de CDs de músicas e apresentações culturais entre outras. Para atender a grande demanda ligada às atividades culturais foi criada a Agência Popular Solano Trindade⁷, cujo principal objetivo é articular uma rede de trocas de contatos e serviços ligados à arte, à cultura e ao lazer, utilizando como intermediário de transação a moeda social Solano. A criação do Banco Comunitário União Sampaio e da Agência Popular Solano Trindade responde a demandas concretas da comunidade que, entre muitas, se relacionam ao déficit de circulação de moeda, falta de políticas de lazer, educação e cultura direcionadas ao desenvolvimento social e local.

De acordo com Gramsci, a questão do mal-estar ou do bem-estar econômico como causa de novas realidades históricas é um aspecto parcial das relações de força existentes na sociedade civil. Novidades podem ser produzidas num contexto em que uma situação de bem-estar é ameaçada pelo egoísmo mesquinho de um grupo adversário, ou porque o mal-estar tornou-se intolerável, não encontrando na sociedade nenhuma forma legal de superação para o estabelecimento da normalidade. A não-existência de um projeto de superação impulsionado essencialmente pela vontade e capacidade dos homens provoca desfechos contraditórios, ou seja, “a velha sociedade resiste e garante para si um período de ‘tomada de fôlego’, exterminando fisicamente a elite adversária e aterrorizando as massas de reserva; ou, então, verifica-se a destruição recíproca das forças em conflito” (GRAMSCI, 2000, p.45).

Togliatti, em artigo publicado no *Ordine Nuovo*⁸ em 1920, afirmou que aceitar o controle da economia burguesa por meio do Estado, ou seja, da sua autoridade e dos seus organismos, significaria para os trabalhadores renunciar subitamente à sua liberdade e independência para compor a máquina burocrática burguesa, fazendo com que suas forças fossem trituradas, comprometendo futuro da sua classe (BORDIGA e GRAMSCI, 1981, p.113).

Gramsci, em 1919, no mesmo periódico, ressaltou que a vida social da classe trabalhadora estava cheia de instituições que se articulavam em múltiplas atividades. Seria preciso desenvolver tais

⁷ Solano Trindade, poeta brasileiro, folclorista, pintor, ator, teatrólogo e cineasta, foi homenageado pelos criadores da agência popular de fomento a arte, no Jardim Maria Sampaio.

⁸ L'Ordine Nuovo foi um periódico semanal italiano, fundado em 1º de maio de 1919, por Antônio Gramsci e mais alguns jovens intelectuais socialistas de Turim.

instituições e atividades, organizando-as conjuntamente e coligando-as em um sistema amplo e articulado, que absorva e discipline a classe trabalhadora (BORDIGA e GRAMSCI, 1981, p.35).

Segundo o autor, o partido socialista e os sindicatos profissionais absorveriam toda a classe trabalhadora somente através de um trabalho de dezenas de anos. O partido deveria ser o órgão da educação comunista, o fogo da fé, o depositário da doutrina, o poder supremo que harmoniza e conduz as forças organizadas e disciplinadas da classe trabalhadora às suas metas (BORDIGA e GRAMSCI, 1981, p.35).

O sindicato não poderia servir como instrumento de renovação radical da sociedade, pois oferecia ao proletariado somente alguns burocratas experientes e alguns técnicos especializados. No entanto, o sindicato foi possivelmente o organismo proletário mais importante para uma revolução comunista, pois sobre ele baseou-se a socialização da indústria, visto que o mesmo deveria criar as condições em que a empresa privada desaparecesse e não mais ressuscitasse.

Observa-se atualmente que bandeiras sindicais como a redução da jornada de trabalho e o aumento salarial ainda preservam o princípio da propriedade particular e o da exploração do homem pelo homem, sem uma ação realmente revolucionária. Em contrapartida, trabalhadores mobilizados em torno das fábricas recuperadas estão promovendo novos debates acerca da intencionalidade da ação sindical. O desenvolvimento de uma proposta contra-hegemônica é uma das duas tendências verificadas por Paulucci (2011) para a gestão da Cipla⁹, empreendimento recuperado em Joinville em conjunto à ação sindical:

Quando os trabalhadores assumem o controle das empresas duas tendências se apresentam: a eleição da formação de uma cooperativa, integrada ao sistema capitalista como um setor auxiliar das grandes empresas, geradora de emprego e renda; ou uma proposta contra-hegemônica de estatização, tendo como objetivo a modificação das relações sociais de produção (PAULUCCI, 2011, p.2).

Destarte, o partido político e os sindicatos profissionais são agentes diretos e responsáveis pelos sucessivos atos de libertação da classe trabalhadora no curso do processo revolucionário. No entanto, eles não representam esse processo, não superam o Estado burguês, não abrangem todo o variado de forças revolucionárias que o capitalismo desencadeia no seu proceder implacável de máquina de exploração e de opressão. Assim, durante o predomínio econômico e político da classe burguesa, o verdadeiro desenvolvimento do processo revolucionário acontece sub-repticiamente, na obscuridade das fábricas e da consciência das multidões exterminadas que o capitalismo sujeita às suas leis (GRAMSCI e BORDIGA, 1981, p.91-93).

3. O papel da cultura nas ações coletivas

Investigações relacionadas à institucionalização da economia solidária no Brasil, na figura da SENAES/MTE, analisam este processo como um retrocesso nas práticas democráticas do país. O governo ditatorial do general Emílio Garrastazu Médici formulou as primeiras leis de regulamentação do cooperativismo no Brasil em 1971, colocando limites ao seu desenvolvimento por meio de forte controle do Estado sobre o seu funcionamento. Nesta análise, a SENAES/MTE, como instituição governamental, assumiria o controle das atividades desenvolvidas no âmbito da economia solidária, seguindo as diretrizes do contexto hegemônico no qual está inserida.

⁹ A Cipla, atuante no ramo da indústria de plástico, junto com outras empresas recuperadas (Flaskô, Interfibra, Flakepet) formou, desde os inícios de sua recuperação no ano 2002, um movimento que reclamava ao governo a estatização sob controle operário (PAULUCCI, 2011, p.2).

Gohn (1998, p.28), sintetizando as principais características da Teoria Clássica da Ação Coletiva, originária da escola de Chicago, aborda a intencionalidade da institucionalização dos movimentos sociais. Nesta perspectiva, líderes bem formados serviriam mais como exemplos demonstrativos do que agentes de prováveis sublevações. Eles comporiam a elite reformista e seriam os responsáveis por auxiliar a sociedade na conquista de seu ideal democrático. Não seriam estopins das mobilizações populares e sim seus agentes apaziguadores e desmobilizadores, institucionalizando os movimentos sociais e equacionando as demandas em questão. Somente assim, após criarem as instituições sociais, a elite como liderança não seria mais necessária.

Tal teoria desenvolveu-se primeiramente nos EUA nas décadas de 1930 e 1940, sendo retomada na década de 1990. Na América Latina, influenciou as políticas direcionadas ao desenvolvimento comunitário pós-guerra e também propostas voltadas à educação popular nas décadas de 1970 e 1980, sendo retomada na década de 1990 na base das políticas neoliberais da economia globalizada (GOHN, 1998, p.30).

Experiências emergidas da vontade popular, como o Banco Comunitário União Sampaio, apesar de fomentada metodológica e financeiramente por instituições parceiras, representam um entrave na esfera governamental devido à ausência de legislação específica regulamentadora. Não sendo uma Organização da Sociedade Civil e de Interesse Público (OSCIP), o banco comunitário não recebe fomento governamental para a composição do seu fundo e nem os depósitos das poupanças dos moradores do bairro. O fundo se constitui em parte de ações coletivas para captação de recursos, como feiras, festas e outros eventos de arrecadação, e da venda de títulos de capitalização que substitui a doação informal.

A análise de Gramsci referente aos processos revolucionários mostra que a mobilização popular que tenha por objetivo a transformação social deve promover a mudança estrutural do regime político-econômico-social, e não a manutenção da ordem vigente. Nesse sentido, o processo de institucionalização dos movimentos sociais pode ser analisado segundo o conceito de “transformismo”.

A fim de manter a hegemonia, as classes dirigentes cooptam os intelectuais associados às classes subalternas, impedindo a autonomização da sociedade civil. Ao invés de assumir a tarefa da intelectualidade revolucionária, arrancando das massas o senso comum e imprimindo-lhes um senso crítico, os intelectuais, como células vivas da sociedade política e civil, passam a compor e a elaborar a ideologia da classe dominante. Tal cooptação, reconhecida por Gramsci como a decapitação político-cultural das classes subalternas, foi denominada “transformismo” e caracterizada como elemento constitutivo fundamental da “revolução passiva” (COUTINHO, 2011, p.60).

Nesse sentido, o papel do intelectual orgânico na reforma intelectual e moral da massa têm por objetivo fomentar condições históricas e materiais para que esta possa acelerar o futuro, gerir a sociedade, clarificar seu projeto estatal e libertar-se do domínio ideológico exercido pelos intelectuais das outras classes. Para o autor, o processo de construção de uma nova ordem e uma nova cidadania é o próprio processo da crítica e destruição da velha cidadania e da velha ordem (DIAS, 2011, p.40-53).

Os intelectuais orgânicos auxiliam a massa na conquista de hegemonia na sociedade civil, na passagem à sociedade política e, conseqüentemente, na formação de um novo bloco histórico. Dessa forma, torna-se fundamental para um intelectual orgânico organizar a cultura e toda a vida prática, para que se possa exercer o pensamento, a aquisição de idéias gerais e o hábito de conectar causas e efeitos (DIAS, 2011, p.40-53).

A cultura como política deve ser democrática e permitir que todos discutam o que, na visão de Gramsci, interessa ao movimento operário e socialista. Um proletário de posse de condições para pensar e refletir torna-se um homem de cultura. Quando forçado a arruinar suas qualidades em atividades alienantes ou a tornar-se um autodidata, transforma-se em um meio homem, ou seja, num homem que não pode se completar e se fortalecer na disciplina da escola. Para Gramsci, a escola deveria ser um local de aprimoração das potencialidades humanas, e não deveria estar nas mãos das

classes dirigentes (DIAS, 2011, p.46). A cultura, e assim a escola, são “um privilégio, sendo que os jovens deveriam ser iguais diante da cultura” (GRAMSCI, apud VIEIRA e OLIVEIRA, 2010, p.533).

Tanto para Gramsci como para E. P. Thompson o acesso à cultura e à educação deveria constituir-se em um direito universal. No entanto, os autores opinam de forma ambivalente sobre o papel da escolarização, uma vez que a escola, ao mesmo tempo em que oferece acesso e domínio dos conteúdos da cultura universal, representa também a expropriação de uma identidade cultural.

O processo de autoformação de classe vem sendo historicamente ignorado pela escola regular, num contexto global. O texto “História vista de baixo”¹⁰ escrito por E. P. Thompson, revela como os trabalhadores da Inglaterra no final do século XVIII e início do século XIX usavam seu tempo livre no desenvolvimento de uma cultura radical. Nas ruas, tabernas e mercados, textos das mais diversas naturezas eram lidos em voz alta para aqueles que não sabiam ler. Peças que retratavam a miséria dos pobres, a opulência dos ricos e o poder arbitrário do Estado e das leis também eram encenadas nestes espaços. Impressos baratos e acessíveis sobre diferentes questões circulavam, criando uma rede de debates e de manifestações (E. P. THOMPSON, 2001).

Gramsci afirmava que “(...) qualquer escola, mesmo as mais perfeitas cientificamente, não é jamais suficiente para educar e formar o indivíduo (...)” (1978, p.59). A vida em geral, a ação e a experiência individual e coletiva são elementos que completam a escola ou mesmo são complementados por ela. Experiências de formação realizadas pelos movimentos sociais viabilizam a educação política por meio de pautas que contemplam as necessidades reais dos grupos e das redes envolvidas. Assim, os movimentos sociais ganham, na educação informal, espaço para se consolidar e, na dinâmica cultural, o reconhecimento dos indivíduos.

Gramsci e E. P. Thompson defendem a elevação intelectual e moral da classe, entendendo-a como pertencente ao processo de formação e valorização das manifestações e ambivalências criadas pela sociedade organizada, num espaço de conflitos e disputas. Erroneamente classificados como culturalistas, os autores não defendem a luta no plano cultural ou ideológico, em detrimento do plano econômico. O que na realidade objetivam é sustentar a noção de que a cultura é um lugar de síntese e de manifestação de todas as contradições, inclusive as econômicas (VIEIRA e OLIVEIRA, 2010, p.524).

BIBLIOGRAFIA

BERGAMIN, Marta A. *Moeda social em São Paulo: inventando novos arranjos comunitários* In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia. Curitiba, 2011. www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=201&Itemid=171. Acesso em: 14/01/2013.

BIANCHI, Álvaro. Gramsci e a Política. Rev. Sociologia Política, Curitiba, 2007.

BOBBIO, Norberto. *Da sociedade ao Estado e do Estado à sociedade*. In: O conceito de Sociedade Civil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1994.

BORDIGA, Amadeo; GRAMSCI, Antônio. *Conselhos de Fábrica*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. *Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo*. In O Comuneiro. Cf: http://www.ocomuneiro.com/nr15_08_marcelocarcanholo.html Acesso em: 18/02/2013.

¹⁰ THOMPSON, E. P. “A historia vista de baixo” In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci e nós* In: BIANCHI, Álvaro. Gramsci no Brasil. Seleção de textos. Bologna: Il Mulino, 2011.
- DIAS, Edmundo Fernandes. *Cultura e cidadania* In: BIANCHI, Álvaro. Gramsci no Brasil. Seleção de textos. Bologna: Il Mulino, 2011.
- DOWBOR, Ladislau. Democracia econômica: alternativas de gestão social. Petrópolis: Vozes, 2008.
- FRANÇA FILHO, Genauto C. *Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação* In: Civitas. Porto Alegre: PUCRS, 2007.
- FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J. Economia Solidária uma abordagem internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- GOHN, Maria da Glória. Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 2ª edição. São Paulo: Loyola, 1997.
- GRAMSCI, A. La costruzione del Partito Comunista (1923-1926). Torino: Einaudi, 1978.
- _____ Cadernos do Cárcere: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. V. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- HOBBSBAWM, Eric J. Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840-2011. Tradução Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- LEITE, Márcia P. *Classe, ideologia e o trabalhismo* In: Cadernos Cedec. n.8, 1987.
- MARX, Karl. Para a Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____ Miséria da Filosofia. São Paulo: Global Editora, 1985.
- _____ O Capital. Livro III. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MARX, K., ENGELS, F. A ideologia alemã (Feuerbach). São Paulo: Hucitec, 1984.
- MATTOS, Marcelo Badaró. E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do Materialismo Histórico. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.
- MINELLA, Ary Cesar. *A luta pela reforma bancária no Brasil* In: Banqueiros: Organização e poder político no Brasil. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: ANPOCS, 1988.
- PAULUCCI, M. A. A Cipla: uma experiência de empresas recuperadas pelos trabalhadores. Dissertação de mestrado, UFSC, 2010.
- PORTELLI, Hugues. Gramsci e o Bloco Histórico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- SAAD FILHO, Alfredo. *Crise no neoliberalismo ou crise do neoliberalismo?* In: Dossiê: A Crise Atual Do Capitalismo. Campinas: Crítica Marxista, n. 29, 2009.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos. Curitiba: Ed. Appris, 2012.
- SEMERARO, Giovanni. Gramsci e a sociedade civil. Cultura e educação para a democracia. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SILVA, Eleonora Felix da. E.P. Thompson e as contribuições para a História Social e os estudos sobre escravidão. Cf: www.janduarte.com.br/textos/e_p_thompson.pdf. Acesso em 22/01/2013.
- TARROW, Sidney. Poder em Movimento. Petrópolis: Vozes, 2009.

THOMPSON, Edward Palmer. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____ A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3 v, 1987.

_____ Costumes em comum. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

_____ *A história vista de baixo* In: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

VIEIRA, Carlos Eduardo; OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. Thompson e Gramsci: História, Política e Processos de Formação. Campinas: Revista Educação e Sociedade, v. 31, n. 111, 2010.